

# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

## Concurso Público



Aplicação: 22/1/2006

**Cargo 11:**  
**Consultor Técnico Legislativo**  
**Categoria: Advogado**

**TARDE**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005).
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005).
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**UnBCESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)  
 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.  
 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,  
 4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali  
 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e  
 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as  
 7 pérolas.

Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se  
 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o  
 10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;  
 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,  
 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser  
 13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser  
 cumprida *literalmente*.

(...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que  
 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os  
 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água  
 19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,  
 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de  
 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura  
 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar  
 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,  
 25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente  
 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não  
 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os  
 28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,  
 não saberia que fazer.

(...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta  
 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou  
 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de  
 34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser  
 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?

37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,  
*terrivelmente*, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga  
 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como  
 40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de  
 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é  
 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer  
 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é  
 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,  
 46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,  
 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do  
 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade  
 49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto  
 umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de  
 outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* — volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p.438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Em “defendê-lo” (ℓ.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (ℓ.43).
- 2 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (ℓ.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.
- 3 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 4 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 5 A oração iniciada por “não podendo” (ℓ.23) tem valor concessivo.
- 6 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.
- 7 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (ℓ.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e  
discriminações, especialmente contra as comunidades  
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que  
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou  
uma obra de resistência e construção nacional admirável.  
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,  
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma  
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos  
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba  
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco  
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.  
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São  
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e  
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma  
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se  
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,  
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e  
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-  
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa  
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada  
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto  
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem  
prejuízo para a correção gramatical do período, ser  
substituídos por vírgulas.
- 9 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região  
Centro-Oeste, esta é uma nação....**
- 10 A expressão “é grande” (l.1) restringe-se à extensão territorial  
do Brasil.
- 11 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de  
“encantados da Amazônia” (l.8), prejudica a correção  
gramatical do período e altera o significado original da  
informação.
- 12 Antes de “Onde a mestiçagem” (l.17), subentende-se a  
repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o  
período antecedente.

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim  
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos  
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita  
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer  
o poder político contra a insegurança de abalos  
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem  
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.  
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a  
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas  
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de  
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de  
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.  
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e  
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade  
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política  
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder  
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer  
a realidade da História. Querer liberdade econômica,  
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir  
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no  
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 A substituição de “convivendo” (l.22) por **já que se  
convive** mantém a correção gramatical e o sentido original  
do período.
- 14 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada  
para a redação de correspondências oficiais em razão de  
sua subjetividade.
- 15 A expressão “a fim de que” (l.1-2) pode, sem prejuízo para  
a correção gramatical e para o sentido original do período,  
ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que,  
com o objetivo de que, conquanto que.**
- 16 Em “nem o intimidam” (l.4), “o” é pronome que se refere  
ao antecedente “arbítrio” (l.3).
- 17 Em “implica o compromisso” (l.5), a substituição de “o”  
por **com** mantém a correção gramatical e a informação  
original do período.
- 18 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (l.8), pela  
relação que a oração estabelece com o período anterior,  
caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de  
vírgula e letra minúscula.
- 19 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades”  
(l.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical  
do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são  
indissociáveis as liberdades.
- 20 As vírgulas logo após “que” (l.17) e “social” (l.18)  
justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva  
restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.

**Texto para os itens de 21 a 25.**

1 O Sr. Deputado Penido censurou a Câmara por lhe ter  
rejeitado duas emendas: — uma que mandava fazer desconto  
aos deputados que não comparecessem às sessões; outra que  
4 reduzia a importância do subsídio.

Respeito as câs do distinto mineiro; mas permita-me  
que lhe diga: a censura recai sobre S. Ex.<sup>a</sup> não só uma, como  
7 duas censuras.

A primeira emenda é descabida. S. Ex.<sup>a</sup> naturalmente  
ouviu dizer que aos deputados franceses são descontados  
10 os dias em que não comparecem; e, precipitadamente, pelo  
vezo de tudo copiarmos do estrangeiro, quis logo introduzir no  
regimento da nossa Câmara esta cláusula exótica. Não advertiu  
13 S. Ex.<sup>a</sup>, que esse desconto é lógico e possível num país onde  
os jantares para cinco pessoas contam cinco croquetes, cinco  
figos e cinco fatias de queijo. A França, com todas as suas  
16 magnificências, é um país sórdido. A economia ali é mais do  
que sentimento ou um costume, mais que um vício (...).

A livre, jovem e rica América não deve empregar tais  
19 processos, que estariam em desacordo com um certo  
sentimento estético e político. Cá, quando há alguém para  
jantar, mata-se um porco; e se há intimidade, as pessoas da  
22 vizinhança, que não comparecerem, recebem no dia seguinte  
um pedaço de lombo, uma costeleta, etc. Ora, isso que se faz  
no dia seguinte, nas casas particulares, sem censura nem  
25 emenda, porque é que merecerá emenda e censura na Câmara,  
onde, aliás, o lombo e as costeletas são remetidos só no fim do  
mês? Nem remetidos são: os próprios obsequiados é que hão  
28 de ir buscá-los.

Demais, subsídio não é vencimento no sentido  
ordinário: *pro labore*. É um modo de suprir às necessidades do  
31 representante, para que ele, durante o tempo em que trata dos  
negócios públicos, tenha a subsistência afiançada. O fato de  
não ir à Câmara não quer dizer que não trata dos negócios  
34 públicos; em casa pode fazer longos trabalhos e investigações.  
(...) Mas quem ignora que o pensamento, obra secreta do  
cérebro, pode estar em ação em qualquer que seja o lugar do  
37 homem? A mais bela freguesa dos nossos armarinhos não pode  
impedir que eu, olhando para ela, resolva um problema de  
matemáticas. Arquimedes fez uma descoberta estando no  
40 banho.

Machado de Assis. *Op. cit.*, p.416.

Com base nos sentidos e nas estruturas lingüísticas do texto  
ao lado, julgue os itens a seguir.

- 21 A substituição de “Demais” (ℓ.29) por **Ademais** mantém o  
sentido das informações do texto, sem provocar problemas  
de coerência textual.
- 22 A expressão “obra secreta do cérebro” (ℓ.35-36) está entre  
vírgulas por tratar-se de aposto explicativo.
- 23 O autor declara-se contra o desconto aos deputados que  
não compareçam às sessões da Câmara, sob a alegação de  
que se pode trabalhar em qualquer lugar com a mesma  
eficiência.
- 24 Na linha 9, o emprego de preposição em “aos deputados  
franceses” justifica-se pela regência de “descontados”.
- 25 A expressão “o lombo e as costeletas” (ℓ.26) tem, no texto,  
sentido metafórico, empregada com o significado geral de  
subsídios, vencimentos, remuneração, ordenado, salário, e  
seria inadequada para ser utilizada em correspondências  
oficiais.

1 O Governo não é uma entidade abstrata, um  
instrumento de coerção ou uma força extrínseca da  
comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos,  
4 classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria  
na soma das suas aspirações e no conjunto das suas  
afinidades. É emanado do povo e, como tal, servo da sua  
7 vontade, provedor de suas necessidades, a força  
humanizada e sensível que preside as relações e o  
desenvolvimento da sua vida social no sentido da  
10 cooperação e da harmonia entre as classes e entre os  
interesses.

Getúlio Vargas. **Discurso de Posse.**

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 26 O segmento de texto apresentado é constituído por uma  
narração.
- 27 As vírgulas empregadas na linha 3 têm a mesma  
justificativa gramatical que a vírgula empregada na linha 1.
- 28 Pelos sentidos do texto, no segundo, no terceiro e no quarto  
períodos, identifica-se sujeito implícito idêntico, ou seja, o  
antecedente “O Governo” (ℓ.1).
- 29 O termo “emanado” (ℓ.6) é empregado, no texto, com o  
sentido de **exercido, realizado, posto em prática**.
- 30 Antes da enumeração iniciada por “servo da sua vontade”  
(ℓ.6-7), subentende-se a expressão **não pode ser**.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 31** A emenda à LODF será iniciada na forma de projeto, e o decreto legislativo bem como a resolução, na forma de proposta.
- 32** São etapas do processo de elaboração das leis a discussão, a deliberação e a repristinação.
- 33** Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 34** O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 35** No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.
- 36** A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.

Quando à estrutura das leis, julgue os itens a seguir.

- 37** A ementa é a parte do título em que é possível identificar-se a lei pela síntese do seu conteúdo ou finalidade. Ela deverá ser grafada em negrito e deverá situar-se entre o centro e a margem direita do papel, acima do preâmbulo e abaixo da ordem de execução.
- 38** Os artigos de uma lei podem reunir-se em unidades de agrupamento cuja base é o capítulo. Os capítulos, por sua vez, poderão agrupar-se em livros, estes, em títulos e os títulos, em partes.
- 39** O preâmbulo — como parte inicial da lei — contém o título, a fundamentação legal da autoridade e a fórmula de publicação.
- 40** A epígrafe é a parte do título que qualifica a lei, denominando-a pela sua espécie e distinguindo-a das demais de mesma espécie pela numeração.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 41** Legislatura é o período de quatro anos de atividades parlamentares que coincide com o do mandato parlamentar.
- 42** A sistematização interna propicia a coerência, a coesão e a harmonia textuais existentes entre os diversos dispositivos de gênero normativo similar ou idêntico, distribuídos no mesmo nível hierárquico, ao passo que a sistematização externa opera a adequação dos enunciados legais às estruturas nomoestáticas e nomodinâmicas do ordenamento jurídico dispostas em níveis hierárquicos opostos e complementares.
- 43** A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 44** As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 45** Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 46** Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 47** A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.
- 48** Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.

Com relação às normas de sistematização, julgue os itens que se seguem.

- 49** Para que ocorra a sistematização interna, é necessário que os institutos diversos sejam disciplinados separadamente e que as matérias afins ou conexas sejam disciplinadas em dispositivos próximos uns dos outros.
- 50** Não é possível que a norma específica de um instituto seja aplicada a outro que lhe seja afim ou conexo sem que se faça remissão expressa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Estado tanto pode desenvolver as atividades administrativas por si mesmo, como pode prestá-las por meio de outros sujeitos. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

- 51** Há certas estruturas internas do Estado, também conhecidas como órgãos, que não possuem personalidade jurídica própria, mas que podem ser sujeitos de direitos e obrigações.
- 52** A imputação da atividade funcional do órgão à pessoa jurídica de que ele faz parte deve corresponder à representação do órgão perante a justiça ou a terceiros.
- 53** Quanto à posição estatal ocupada na escala administrativa, os órgãos podem ser divididos em órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos. Uma diferença que pode ser apontada entre os órgãos superiores e os órgãos independentes é que os primeiros detêm poder de decisão e comando, mas não gozam de autonomia financeira ou administrativa de que são dotados os segundos.

No que diz respeito às entidades paraestatais, julgue os itens que se seguem.

- 54** As entidades paraestatais têm autonomia financeira e administrativa e executam suas atividades em regime de iniciativa particular, conforme suas disposições estatutárias.
- 55** Os teóricos da reforma do Estado enquadram as entidades paraestatais no conceito de terceiro setor, que, segundo eles, é composto por entidades da sociedade civil com fins públicos e lucrativos.
- 56** As entidades paraestatais são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse público, cuja realização é exclusiva do Estado.

Acerca das normas que regem o parcelamento do solo rural no DF, julgue os itens seguintes.

- 57** É suficiente a apresentação do relatório de impacto ambiental complementar para a avaliação do impacto ambiental, para fins de licenciamento, de parcelamento do solo rural no DF.
- 58** O processo de ocupação e parcelamento do solo rural no DF deve ser realizado mediante participação da sociedade civil.
- 59** Cabe à CLDF, com a sanção do governador, dispor sobre o uso do solo rural no DF.

A crescente importância dos partidos, convertidos em peças fundamentais do processo político democrático de nossos dias, não haveria de passar despercebida do legislador, que se viu na contingência de tê-los em conta nas leis eleitorais, nos regulamentos parlamentares e, finalmente, nas próprias constituições.

José Afonso da Silva. *Curso de direito constitucional positivo*. 20.<sup>a</sup> ed. Malheiros: São Paulo (com adaptações).

Considerando a regência constitucional brasileira e a organização universal dos partidos políticos, julgue os itens que seguem.

- 60** O controle financeiro dos partidos políticos brasileiros impõe limitações à busca de recursos, que está restrita a fontes expressamente indicadas.
- 61** A fidelidade partidária no Brasil não é uma determinante constitucional, mas, sim, uma disciplina estatutária.
- 62** A Constituição brasileira vigente dá liberdade de criação, organização e funcionamento de agremiações partidárias, adotando uma concepção minimalista, segundo a qual deve ser menor a interferência estatal no condicionamento das suas estruturas, dos seus programas e de suas atividades.
- 63** Os diferentes modos de organização partidária permitem uma classificação dos sistemas de partidos políticos em quatro diferentes tipos: unipartidarismo, o bipartidarismo, o pluripartidarismo e o multipartidarismo.

Com referência às limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 64** Pode ser considerada inconstitucional, por ofensa ao princípio do não confisco, norma estadual que preveja o pagamento de multa de 300% sobre o valor de mercadoria, na hipótese de o contribuinte não emitir a nota fiscal relativa a venda realizada.
- 65** O valor de um imóvel, em regra, não é elemento hábil para aferir a capacidade contributiva do seu proprietário, e, portanto, não legitima a progressividade do IPTU.
- 66** Caracteriza a isenção tributária a exclusão constitucional de parcela da competência dos entes políticos que, sem ela, poderiam instituir tributos a qualquer ato, fato ou pessoa.

Julgue os itens seguintes, relativos ao instituto da intervenção federal.

- 67** O instituto da intervenção federal representa um elemento fundamental do federalismo e para a manutenção da preservação dos vínculos federativos.
- 68** O não-pagamento de título judicial em virtude da insuficiência de recursos de um ente federativo para fazer frente às suas obrigações pecuniárias, devido à exaustão financeira, autoriza a decretação de intervenção federal.
- 69** A invasão territorial de um estado por outro configura uma hipótese de admissibilidade de intervenção federal. O presidente da República, nesse caso, porém, não poderá agir mediante estrita avaliação discricionária da situação, nem dela poderá fazer um juízo político.
- 70** Pode-se classificar os pressupostos da intervenção federal nos estados em pressupostos de fundo, entre os quais estão os riscos à segurança do Estado, ao equilíbrio federativo, às finanças estaduais e à estabilidade da ordem constitucional, e em pressupostos formais, que seriam o modo de efetivação da intervenção, seus limites e requisitos.

No uso da competência para instituir o imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), os estados e o DF devem submeter-se às regras constitucionais relativas a esse imposto. Considerando essas regras, julgue os itens a seguir.

- 71** Em nenhuma hipótese, o Senado Federal poderá estabelecer alíquotas máximas internas do ICMS.
- 72** Se, em um estado, ocorrer a venda de uma mercadoria para um consumidor final domiciliado em outro estado, essa operação deverá ser tributada com alíquota interna do estado em que ocorreu a venda.
- 73** Cabe ao Senado Federal, por maioria absoluta de seus membros, estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- 74** As alíquotas determinadas por resolução do Senado Federal não se aplicam às exportações, já que elas não são tributadas.
- 75** As alíquotas internas do ICMS são determinadas por lei do respectivo estado ou do DF. Esses, por sua vez, deverão se submeter às alíquotas internas mínimas quando estabelecidas pelo Senado Federal.

Se a CLDF decidir estabelecer determinadas isenções do imposto sobre veículos automotores (IPVA), deverá se submeter às determinações do Código Tributário Nacional (CTN) e da Constituição Federal. Com relação a essas determinações, julgue os itens seguintes.

- 76** O fato de uma lei revogar integralmente outra lei que determinava uma isenção significa, em qualquer caso, que a isenção dada foi revogada.
- 77** Se um veículo estiver isento, por lei, da incidência do IPVA, estará automaticamente isento da taxa de licenciamento.
- 78** Toda isenção será determinada por lei, não se admitindo que seja instrumentalizada por meio de decreto legislativo.
- 79** Se determinada cidade-satélite do DF tem baixo índice de vias asfaltadas, é admissível, consoante as normas do CTN, que a lei isente seus moradores do pagamento do referido imposto.
- 80** Somente em casos de relevante interesse nacional, e desde que limitada a certo período, é admissível que a União estabeleça a isenção do IPVA.

Acerca do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

- 81** Não há vínculo empregatício entre as sociedades cooperativas e seus associados, mas tão-somente entre os associados e os tomadores de serviço dessas sociedades.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 82** Antônio celebrou contrato de trabalho, com prazo determinado de um ano, com uma pessoa jurídica. Decorrido esse prazo, seu contrato foi renovado por igual período. Nessa situação, caso o contrato de trabalho de Antônio seja novamente renovado, o acordo passará a vigorar sem determinação de prazo.
- 83** João foi contratado por uma revendedora de veículos, inicialmente, para a função de caixa. Após alguns meses, João assumiu a função de gerente, cargo de confiança, passando a deter poderes de direção e disciplina, e recebendo remuneração compatível com suas novas atribuições. Decorrido um ano dessa alteração, o empregador determinou o seu retorno à função de caixa, destituindo-o do cargo de confiança. Nesse caso, o retorno de João à função anterior, por determinação do empregador, não é considerado alteração unilateral do contrato individual de trabalho.
- 84** Paulo é sócio-gerente de uma sociedade empresarial e recebe *pro labore* pelo desempenho dessa função. Nesse caso, Paulo é considerado empregado, pois, nessa relação, encontram-se presentes todos os requisitos caracterizadores do vínculo empregatício: personalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação jurídica.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 85** Alexandre foi contratado, em 1989, por uma pessoa jurídica, para a função de auxiliar de escritório. Devido a sua competência e responsabilidade, foi promovido, em poucos meses, ao cargo de chefe do departamento de pessoal. Ocorre que, em 29/11/2005, sua esposa faleceu, em decorrência de acidente automobilístico. Uma semana após esse fato, Alexandre foi encontrado completamente embriagado em serviço. Nessa situação, com base no ordenamento jurídico pátrio, é correto concluir que o fato não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.
- 86** Uma empresa, cujo objeto social é a criação e exportação de gado de corte, não realizou a vacinação de seu rebanho em 2004. No ano seguinte, seu rebanho foi todo infectado pela febre aftosa. Em razão desse fato, houve uma queda drástica nas exportações, o que ocasionou a extinção da referida empresa. Nessa situação, com base na legislação aplicável, é correto concluir que esse acontecimento consubstancia motivo de força maior, o que resulta, para o empregado que não tiver direito à estabilidade, redução da indenização na rescisão de seu contrato individual de trabalho.
- 87** Pedro, que trabalhava como estoquista em uma distribuidora de alimentos, teve de afastar-se de seu emprego, em virtude de exigências do serviço militar. Uma semana após ter concluído a prestação desse encargo público, notificou seu empregador da intenção de retornar ao cargo do qual se afastara. Nessa situação, Pedro terá direito a retornar ao antigo cargo, sendo-lhe asseguradas todas as vantagens que foram atribuídas, durante o seu afastamento, à categoria a que pertencia.
- 88** Ana foi contratada por um supermercado para exercer a função de caixa, em uma filial localizada no centro da cidade, próxima à sua residência. Em virtude de necessidade do empregador, ela foi transferida para outra filial, situada na periferia da cidade, a 10 km de sua moradia. Nessa situação, ainda que não tenha acarretado, necessariamente, mudança de domicílio, essa transferência é considerada nula por ser prejudicial à empregada.
- 89** André foi contratado, em 17/11/2004, para o cargo de analista de sistemas, em uma empresa do ramo de tecnologia da informação. Devido a contenção de despesas, foi demitido, sem justa causa, no dia 2/8/2005. Assinou recibo de quitação das verbas rescisórias, sem a assistência do respectivo sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nessa situação, a falta de assistência sindical ou da autoridade do MTE não invalida o recibo de quitação.
- 90** José, em 27/5/2005, recebeu de seu empregador aviso prévio de trinta dias. Ocorre que, durante o período do aviso, houve reajuste salarial coletivo da categoria profissional a que José pertencia. Nessa situação, José somente será beneficiado com o referido reajuste se não tiver recebido, antecipadamente, os salários correspondentes ao período do aviso.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos negócios jurídicos e da prescrição.

- 91** Os negócios jurídicos unilaterais têm existência e eficácia autônomas, por isso não supõem nem provocam reciprocidade ou correspectividade de efeitos jurídicos. Quando os negócios jurídicos são receptícios, ou seja, se os seus efeitos só se produzirem após o conhecimento da declaração pelo destinatário, eles são classificados como bilaterais, por terem criado obrigações para ambas as partes, ocorrendo a concentração nas obrigações alternativas.
- 92** A interrupção da prescrição depende da ação do titular, ou seja, do exercício do direito, e as causas de suspensão são estabelecidas em lei. No entanto, os efeitos da suspensão e da interrupção são idênticos, extinguindo-se o tempo transcorrido anteriormente até a ocorrência da causa da suspensão ou interrupção, que recomeça a correr por inteiro.

A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os itens subseqüentes.

- 93** Na compra e venda pura, o vendedor obriga-se a fazer a entrega efetiva da coisa ao comprador, ao passo que, na venda sobre documentos, modalidade ou cláusula especial de venda de coisa móvel, essa obrigação reduz-se à entrega efetiva do título que a represente e dos documentos conforme a previsão contratual.
- 94** No contrato estimatório, o consignante entrega ao consignatário a posse e o poder de disposição sobre determinado bem, dentro do prazo determinado e aceito por ambos, obrigando-se o segundo a pagar ao primeiro o preço por este estimado ou a restituir-lhe o bem.

Sob a ótica do Código Civil, julgue os itens a seguir, acerca da propriedade e da usucapião.

- 95** O juiz poderá decretar a perda da propriedade sobre imóvel de extensa área, desde que haja ininterrupta posse de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e que estas tenham realizado, na área, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante. Nessa hipótese, o juiz deverá fixar justa indenização ao proprietário, condicionando o registro do imóvel em nome dos possuidores após o pagamento do preço fixado.
- 96** A usucapião especial urbana é o modo originário de aquisição da propriedade e ocorre quando uma pessoa física ou o seu preposto mantém a posse mansa e pacífica, com ânimo de dono, por prazo igual ou superior a cinco anos. Nessa hipótese, é dispensável que o usucapiente ou a sua família resida no imóvel, exigindo-se, tão-somente, que ele não seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano.
- 97** O direito de propriedade é absoluto, exclusivo e irrevogável, salvo no caso de propriedade em condomínio, no qual desaparece esse exclusivismo, porque os condôminos são conjuntamente titulares do direito.



Julgue os próximos itens, acerca do mandado de segurança e dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais.

- 98** Os meios típicos de impugnação dos atos judiciais compreendem: os recursos, entendidos como o instrumento adequado a propiciar às partes litigantes, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial; as ações autônomas de impugnação, tendentes à desconstituição de atos jurisdicionais, incluindo-se as decisões já transitadas em julgado, oferecidas em processo diverso, que tenham por objeto lide de outra natureza; e os chamados incidentes processuais previstos pelo Código de Processo Civil (CPC).
- 99** De acordo com o princípio da proibição de reforma para pior, *reformatio in pejus*, um recurso interposto só poderá favorecer o recorrente, não podendo beneficiar a parte que não o utilizou, ou seja, não se pode, no julgamento de um recurso, agravar a situação de quem recorreu.
- 100** Considere a hipótese de que, no DF, determinado tributo tenha deixado de ser recolhido por força de uma decisão judicial proferida em mandado de segurança e que, posteriormente, tenha sido deferido pelo presidente do tribunal de justiça local o pedido de suspensão dos efeitos da sentença concessiva da segurança, por grave lesão à economia pública. Nessa situação, pode o DF exigir o pagamento do tributo que deixou de ser recolhido por força da mencionada decisão, uma vez que o deferimento de suspensão da segurança produz efeito *ex tunc*, retroagindo à data da sentença proferida no *writ*, evitando-se, assim, os efeitos danosos da execução desta decisão judicial.

Acerca das condições das ações, da intervenção de terceiros e do litisconsórcio, julgue os itens a seguir, com base na sistemática do CPC.

- 101** Na oposição, o oponente ingressa no processo que se encontra pendente, apresentando uma pretensão própria sobre a coisa ou sobre o direito objeto da lide, no esforço de que sua pretensão prevaleça sobre as pretensões tanto do autor quanto do réu.
- 102** Na nomeação à autoria, visa-se à integração de um terceiro à relação processual, ampliando-se, assim, pela vontade do réu, o pólo passivo, formando-se um litisconsórcio passivo, sucessivo e facultativo, ficando assim o nomeado abrangido pela eficácia da coisa material resultante da sentença.
- 103** As condições da ação, que representam matéria conhecida de ofício pelo juiz, não são sujeitas a preclusão, consistem na verificação da legitimidade das partes, no exame do interesse de agir, na verificação da possibilidade jurídica do pedido e na comprovação da afirmação do direito do autor, ou seja, da pretensão deduzida em juízo.

Julgue os seguintes itens, que versam acerca do processo cautelar.

- 104** Considere que tenha sido ajuizada uma ação cautelar preparatória e que, posteriormente, o processo principal tenha sido extinto por carência de ação. Nessa situação, o julgamento da ação principal importa a extinção do processo cautelar, dada a superveniente perda de seu objeto.
- 105** Caso o juiz julgue a ação cautelar e a principal na mesma sentença, e seja interposta apelação única que impugne a sentença relativamente a ambas as ações, esta deve ser recebida com efeitos distintos. Quanto à cautelar, o apelo deve ser recebido no efeito devolutivo e, nos efeitos legais, que podem ser suspensivo e devolutivo, ou, apenas, devolutivo, quanto à parte que impugnar a ação principal.

Pedro e João são sócios da empresa PEJO Ltda., sendo Pedro o sócio-gerente e João, o cotista. Além dos empregados, em face das atividades desenvolvidas, ambos os sócios trabalham na empresa e são remunerados por essas atividades. Pedro adoeceu, ficando incapacitado, temporariamente, para o trabalho.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 106** O auxílio-doença é devido ao segurado empregado a partir do 16.º dia do afastamento da atividade e aos demais segurados a contar do início da incapacidade, desde que o requerimento não tenha sido feito após o trigésimo dia do afastamento.
- 107** Na hipótese de a doença de Pedro não ser isenta de carência para fins do auxílio-doença, serão consideradas, para o cômputo do período de carência, contribuições a partir da sua filiação ao regime geral da previdência social.
- 108** Por não ser sócio-gerente da empresa, mas apenas sócio-cotista, João não é segurado obrigatório do regime geral da previdência social, estabelecido pela Lei n.º 8.212/1991.
- 109** Pedro é segurado obrigatório do regime geral da previdência social, estabelecido pela Lei n.º 8.212/1991, na qualidade de contribuinte individual e, em razão disso, pode fazer jus ao benefício do auxílio-doença, desde que tenha completado o período de carência.

Com relação à seguridade social, julgue os itens a seguir.

- 110** São segurados obrigatórios da previdência social, entre outros: o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, autarquias, inclusive em regime especial, e fundações públicas federais, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- 111** Conforme o determinado em lei, as empresas devem recolher para a previdência social o percentual de 1% a 3% sobre o salário de contribuição dos segurados empregados e trabalhadores avulsos, para o financiamento do benefício da aposentadoria especial, assim como as concedidas em razão do grau de incidência laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
- 112** A seguridade social é composta por um conjunto integrado de ações dos poderes públicos e da sociedade, com a finalidade de assegurar o direito à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como princípios e diretrizes, entre outras, a irredutibilidade do valor dos benefícios e a equidade na forma de participação no custeio.

Em 1.º/1/1975, Maria foi nomeada para exercer o cargo em comissão de diretora de departamento de uma autarquia federal, a qual tem regime próprio de previdência social — Regime Jurídico Único (RJU). Desde então, vem exercendo esse cargo, ininterruptamente, até a presente data. Maria, hoje, tem 60 anos de idade e não tem nenhum outro vínculo empregatício privado ou público. Maria resolveu aposentar-se.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o próximo item.

- 113** A aposentadoria de Maria se dará pelo Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais e não pelo Regime Geral de Previdência Social.

Julgue os itens a seguir, acerca das inelegibilidades estabelecidas na Constituição Federal e na Lei Complementar n.º 64/1990.

- 114** Compete à justiça eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Quando se tratar de candidato a senador, governador ou vice-governador de estado ou do DF, deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital, a arguição de inelegibilidade será feita perante os tribunais regionais eleitorais.
- 115** Tanto no registro de candidato julgado pelo juiz eleitoral como no registro de candidato julgado originariamente por tribunal regional eleitoral, havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, o recorrido será notificado por telegrama para apresentar contra-razões no prazo de três dias, a partir da data em que for protocolada a petição recursal.

Julgue os próximos itens, acerca dos princípios constitucionais do direito eleitoral.

- 116** O sufrágio é universal, por isso é garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, sem distinção de qualquer natureza, o voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- 117** É admitida a cassação de direitos políticos no caso de incapacidade civil absoluta, desde que haja sentença judicial transitada em julgado.

Julgue os itens a seguir, acerca da estrutura e da organização da justiça eleitoral.

- 118** Embora sem integrar a estrutura da justiça eleitoral, compete exclusivamente ao TJDFT, sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, a indicação de advogados para a composição do Tribunal Regional Eleitoral do DF.
- 119** A partir da Constituição Federal de 1988, não mais se exige que a organização dos tribunais e dos juízes eleitorais seja tratada por lei complementar.
- 120** Integram a estrutura de justiça eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais, os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

Redija um texto dissertativo sobre o controle dos atos da administração pública por meio das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ natureza e limites da atividade fiscalizadora do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo e o Poder Judiciário;
  - ▶ objeto de investigação das CPIs e interferência entre os poderes republicanos;
  - ▶ conclusões e encaminhamentos das CPIs.
-

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	